



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

22 de setembro de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>hora Extra</i>
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	22 / 09 / 2017	Página <i>05</i>
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ministério Público solicita reabertura do Banco do Brasil de Paraibano

Em Ação Civil Pública proposta em 20 de setembro, o Ministério Público do Maranhão requereu a reabertura da agência do Banco do Brasil do município de Paraibano. Ajuizou a manifestação ministerial o promotor de justiça Gustavo Pereira Silva.

Consta na ação que a única agência bancária existente no município teve a sua atividade regular suspensa em 2016, em razão do número de assaltos ocorridos no local.

Conforme explicou o promotor de justiça, o fechamento da agência tem privado os consumidores do município de realizarem movimentações financeiras, que estão sendo obrigados a percorrer no mínimo 40 km para efetuarem saques de valores mo-

netários.

Em resposta a ofício enviado pelo MPMA no último mês de agosto, o Banco do Brasil informou que o estabelecimento foi transformado em posto de atendimento, sem movimentação de dinheiro. Uma ação criminosa, na qual bandidos explodiram caixas eletrônicos da agência, teria determinada a suspensão das atividades.

“Tal fato tem causado a descontinuidade nesse serviço público de índole essencial, de caráter contínuo, sem ofertar qualquer alternativa aos seus usuários, provocando enormes dissabores e transtornos, afetando, inclusive, a economia local, ante a impossibilidade de circulação de dinheiro e prejudicando a re-

abertura de transações financeiras feitas exclusivamente por intermédio de agência bancária”, completou Gustavo Pereira Silva.

Na ação, o promotor de justiça enfatizou que a suspensão das atividades viola o Código de Defesa do Consumidor. “Nesse contexto, vale destacar, que se torna inconcebível que uma instituição financeira de grande porte, como o Banco do Brasil, que cada vez mais maximiza seus lucros e socializa os seus prejuízos, além de cobrar tarifas bancárias exorbitantes, se dê ao luxo de deixar a comunidade local ao seu bel prazer, não efetivando o restabelecimento dos serviços bancários (disponibilidade de dinheiro nos caixas) na agência de Paraibano”, concluiu o

representante do MPMA.

PEDIDOS - Além do restabelecimento das atividades da agência, possibilitando saque em dinheiro e emissão de talões de cheque, a Promotoria de Justiça da Comarca de Paraibano solicitou que o Banco do Brasil seja compelido a informar e disponibilizar canais de comunicação, Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e Ouvidoria para que os consumidores possam efetuar cancelamento, suspensão de contratos e serviços, reclamações, tirar dúvidas ou obter informações sobre produtos e serviços.

Em caso de descumprimento, foi sugerido o pagamento de multa diária no valor de R\$ 100 mil ou outro valor estipulado pela Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Atos, Fatos e Baratos</i>	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	22 / 09 / 2017	Página	02 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Desce

Por estar acumulando ilegalmente dois cargos públicos, a secretária de Saúde de São Luiz Gonzaga do Maranhão, Wanya Dalce Melo Rodrigues Martins, é alvo de uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa ajuizada. Por ter conhecimento da ilegalidade, o prefeito de São Luiz Gonzaga do Maranhão, Francisco Pedreira Martins Júnior, também figura como acionado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	22 / 09 / 2017	Página	06
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA solicita reabertura de agência bancária em Paraibano

Em Ação Civil Pública proposta em 20 de setembro, o Ministério Público do Maranhão requereu a reabertura da agência do Banco do Brasil do município de Paraibano. Ajuizou a manifestação ministerial o promotor de justiça Gustavo Pereira Silva.

Consta na ação que a única agência bancária existente no município teve a sua atividade regular suspensa em 2016, em razão do número de assaltos ocorridos no local.

Conforme explicou o promotor de justiça, o fechamento da agência tem privado os consumidores do município de realizarem movimentações financeiras, que estão sendo obrigados a percorrer no mínimo 40 km para efetuarem saques de valores monetários.

Em resposta a ofício enviado pelo MPMA no último mês de agosto, o Banco do Brasil informou que o estabelecimento foi transformado em posto de atendimento, sem movimentação de dinheiro. Uma ação criminoso, na qual bandidos explodiram caixas eletrônicos da agência, teria determinada a suspensão das atividades.

“Tal fato tem causado a descontinuidade nesse serviço público de índole essencial, de caráter contínuo, sem ofertar qualquer alternativa aos seus usuários, provocando enormes dissabores e transtornos, afetando, inclusive, a economia local, ante a impossibilidade de circulação de dinheiro e prejudicando a realização de transações financeiras feitas exclusivamente por intermédio de agência bancária”, completou Gustavo Pereira Silva. Em caso de descumprimento, foi sugerido o pagamento de multa diária no valor de R\$ 100 mil ou outro valor estipulado pela Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	22 / 09 / 2017	Página	01 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Flávio Dino confirma vários concursos e se diz otimista com siderúrgica em Bacabeira



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	22 / 09 / 2017	Página	03

Flávio Dino confirma vários concursos e se diz otimista com siderúrgica em Bacabeira

Polícia Militar, Polícia Civil, Detran e Aged foram alguns dos órgãos que tiveram concurso público confirmados pelo governador Flávio Dino, nesta quinta-feira, durante entrevista à rádio 92,3 FM. Dino também abordou temas como a geração de empregos e os investimentos realizados pelo Governo do Maranhão.

Sobre o edital do concurso para a PM, o governador afirmou que será publicado até o dia 30 deste mês. "Nós mudamos a idade máxima que era de 28 para 30 anos exatamente para mais pessoas concorrerem. Nós achamos mais justo", informou o governador.

Outros concursos abordados foram da Polícia Civil, Detran e do Procon, este último recém-lançado.

Sobre os prazos para abertura dos certames, o governador fez a previsão para o final deste ano e início de 2018. Ele também incluiu outros órgãos nas expectativas de concursos e seletivos, como a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged-MA) e a Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (Funac-MA).

"Temos outros concursos ainda como o do Detran, que vai sair ainda neste ano e, no começo do próximo ano, temos previsão para a Aged, seletivo na Funac e alguns outros órgãos também terão oportunidades", explicou. Dino disse que o concurso da PM vai ampliar o número de policiais no Maranhão, que já chegou ao recorde de 12 mil profissionais com as nomeações feitas a partir de 2015.



GILSON TEIXEIRA

Flávio Dino, em entrevista à Rádio 92,3 FM, informa que editais serão abertos entre final deste ano e início do próximo

VIATURAS

Flávio Dino também afirmou que vai entregar mais 47 viaturas

nesta sexta-feira (22), chegando à marca de 730 veículos desde 2015. "É o maior número da

história do Maranhão", garantiu. Na área da saúde, o governador destacou a retomada de construção de grandes hospitais para atendimento da população. "Retomamos o projeto correto dos grandes hospitais regionais. Abrimos seis grandes hospitais até agora na nossa gestão, e com isso ampliamos em R\$ 280 milhões o investimento anual no atendimento de saúde", pontuou. Além do Hospital Regional de Balsas, inaugurado na quarta-feira (20), Dino disse que o governo já entregou cinco hospitais regionais: Pinheiro, hospital Regional de Caxias, Hospital Macrorregional de Imperatriz, Hospital Macrorregional de Bacabal e Hospital Macrorregional de Santa Inês.

Otimista com siderúrgica em Bacabeira

Na entrevista à FM 92,3, Dino falou também sobre o interesse do governo em instalar, no local onde seria a Refinaria Premium, em Bacabeira, um novo empreendimento do ramo siderúrgico em parceria com empresas internacionais. E classificou a não concretização do empreendimento como "um enorme débito que o passado tem com as cidades de Bacabeira e Rosário", porque, segundo ele, "foram muitas promessas frustradas e com danos gravíssimos, econômicos, morais e psicológicos às pessoas". De acordo com o governador, estamos evitando esse erro", adotando uma postura de discrição, cautela: "Eu só

anuncio as coisas quando elas são concretas", enfatizou. Segundo Dino, a iniciativa que está mais avançada visa à instalação de uma empresa siderúrgica em Bacabeira. "Temos feito inúmeras tratativas, lideradas pelo vice-governador Carlos Brandão, viagens, visitas e caravanas à China para reunião com os investidores. No nosso estado tive reuniões com a Vale, que é uma empresa que pode participar desse projeto também, e estamos confiantes", disse. O governador informou ainda que todos os projetos já foram assinados. Ele lembrou que recentemente Carlos Brandão esteve na China, quando da visita do presidente Michel Temer,

para assinatura de documentos entre o governo brasileiro e o governo chinês, "para que esta empresa, chamada CBSteel, tenha o apoio governamental chinês necessário para que se implante". "Estamos nesta fase: confiantes, otimistas, mas esperando que as coisas de fato se concretizem para a gente poder fazer a festa. Não podemos fazer a festa antes da hora porque o povo de Bacabeira merece respeito. E eu não vou cometer a mesma artimanha que foi usada no passado de anunciar uma coisa que depois não dá certo. Se Deus quiser vai dar tudo certo", frisou Dino.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	22 / 09 / 2017	Página	03
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Dinistas usam denúncia já arquivada como sendo relatório de auditoria

Mídia alinhada ao governo comunista publicou como sendo do Governo Federal afirmações do vereador de Caxias Antônio Ximenes já descartadas em relatório

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

Documento da Secretaria Nacional de Defesa Civil, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, obtido com exclusividade por O Estado, aponta que a suposta auditoria feita em processo que culminou com a liberação de R\$ 35 milhões para obras e ações emergenciais no Maranhão, no ano de 2009, após enchentes que atingiram 68 municípios, é na verdade uma denúncia de um vereador de Caxias, já julgada improcedente por áreas de controle do Governo Federal.

Antônio Ximenes (PP) apresentou em abril de 2010 um relatório fotográfico apontando supostas irregularidades em obras de recuperação de pontes e estradas na região de Caxias.

São do parlamentar, por exemplo - e não de um relatório do Ministério, como tentam fazer parecer aliados do governo Flávio Dino (PCdoB) - as afirmações de que uma das pontes tem "estrutura antiga, construída há mais de 30 anos, sendo rebocada para aparentar nova" e de que outra "estrutura antiga foi rebocada com aparência de construção recente".

Foi o vereador, ainda, quem citou "má-fé por parte do construtor", ao denunciar obra sobre um riacho na MA-127.

Conclusão

Em virtude da denúncia de Ximenes, a Secretaria Nacional de Defesa Civil decidiu pela realização de uma inspeção nas obras que estavam sendo realizadas nas rodovias.

O resultado da vistoria foi apresentado em junho daquele ano, pelo engenheiro Luiz Carlos Chagas Felipe - e atestado pela então diretora Márcia Machado e pela secretária nacional de Defesa Civil, Ivete Valente -, que revelou ter encontrado obras sendo realizadas com "métodos apropriados e plenamente satisfatórios".

"Quanto ao aspecto físico das obras, podemos declarar que apresentam perfeita estabilidade e estão sendo executadas com métodos apro-



Enchentes têm sido usadas por Flávio Dino como moeda política

MENTIRAS

O Estado já havia desmentido Dino

Na terça-feira, 21, O Estado já havia revelado que o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, emitiu ofício que desmente informação divulgada há uma semana pela imprensa ligada ao governador Flávio Dino (PCdoB) dando conta de suposta auditoria apontando desvios de recursos no governo Roseana Sarney (PMDB).

priados e plenamente satisfatórios, de acordo com o esperado", diz o relatório de inspeção.

De acordo com o engenheiro responsável pela fiscalização, os profissionais do Governo do Maranhão que acompanhavam os serviços "são profissionais de muita experiência e grande capacidade técnica em obras dessa natureza".

Em seu despacho, ele destaca, ain-

Mídia ligada a Dino inventou até relatório

da, que nem mesmo o fato de algumas estruturas de pontes estarem sendo aproveitadas - o que embora grande parte da denúncia do vereador - representa qualquer irregularidade.

"O fato não gera nenhum tipo de incerteza, uma vez que as fundações foram inspecionadas pelos técnicos e suas capacidades de cargas, devidamente atestadas. [...] Com tudo acima descrito, entendemos que não há nenhum motivo que desabone a execução das obras na Rodovia MA-127 (reconstrução de 07 Pontes)", finaliza o documento.

Max Barros fala sobre obras emergenciais após enchentes

O líder do Bloco Independente, deputado Max Barros (PRP), falou ontem na Assembleia Legislativa sobre obras realizadas com recursos destinados a recompor danos causados por enchentes em 2009, no Maranhão. Ele defendeu o controle, por meio da fiscalização e auditoria, em qualquer prática da administração pública.

O parlamentar ressaltou que, embora a Sinfra, órgão que dirigia à época, não tenha ficado responsável por nenhuma ação, ele tinha conhecimento do esforço efetuado por todos. Ao ler reportagens, sobre supostas irregularidades na aplicação dos recursos, citando inclusive o Deint, órgão de cuja direção conhecia os integrantes e sabia da idoneidade e correção dos mesmos, resolveu verificar as informações que serviam de base para as matérias.

O deputado verificou que a denúncia, acerca de uma ponte entre os municípios de São Pedro dos Cremares e Fortaleza dos No-

gueiras, foi equivocada, já que o relatório da Defesa Civil diz o seguinte: "Considerando documentação disponível da visita técnica e as fiscalizações do CGL, não foi constatada nenhuma irregularidade e a obra foi feita".

Em relação à MA-127, em Caxias, Max também constatou que as matérias jornalísticas sobre o assunto não eram fruto de um relatório do Ministério da Integração Nacional, mas sim do texto de uma denúncia de um vereador da cidade.

O deputado acrescentou que, a respeito destes fatos, foi feita uma denúncia ao Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou ao ministério a apuração dos fatos, o que ocorreu e a decisão do órgão foi pela inconsistência da denúncia encaminhada pela Câmara Municipal de Caxias. O líder do Bloco Independente ressaltou que as pontes até hoje são utilizadas e servem à população do Maranhão. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 22 / 09 / 2017	Página 05		

EX-PREFEITO J. CÂMARA.....

Herdeiros terão que devolver dinheiro

Sentença do juiz Jamil Aguiar determina que herdeiros do ex-prefeito de São José de Ribamar, José Câmara Ferreira, terão que ressarcir R\$ 942 mil por dano ao erário municipal.

Os herdeiros do patrimônio deixado pelo ex-prefeito de São José de Ribamar, José Câmara Ferreira, terão que ressarcir R\$ 942.484,44 devidamente atualizados, valor corresponde ao dano causado ao erário municipal em 2000, conforme sentença do juiz Jamil Aguiar (1ª Vara Cível de Ribamar) em Ação Civil por Improbidade Administrativa ajuizada pelo Ministério Público estadual.

A ação é fundamentada em Procedimento Administrativo do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) que

desaprovou as contas do ex-prefeito relativas ao ano 2000. Segundo o Relatório de Informação Técnica anexado, foram constatadas várias irregularidades em relação às despesas realizadas naquele ano, alcançando o valor de R\$ 942.484,44.

Segundo a denúncia do Ministério Público, o ex-gestor contrariou a Lei das Licitações (nº 8.666/93), utilizando o "artifício de fragmentação de despesas" e dispensou, indevidamente, procedimentos licitatórios, causando lesão ao erário municipal e incorrendo em improbidade administrativa, de acordo com a Lei nº 8.429/92.

Depois de instaurada a ação civil, em 2006, mas antes de iniciar a audiência de instrução e julgamento do processo, o ex-

prefeito José Câmara faleceu, e a viúva dele foi chamada para participar do processo como representante do espólio - que reúne o conjunto de bens deixados pelo falecido.

Espólio

Dentre as penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa, encontra-se a de ressarcimento ao erário - de caráter não pessoal - e, segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, citada nos autos, "os herdeiros só estão legitimados a figurar no polo passivo da demanda, exclusivamente, para o prosseguimento da pretensão de ressarcimento ao erário", cabível no caso.

Na análise da questão, o juiz

assegurou não haver dúvidas acerca da materialidade e da autoria das condutas descritas na denúncia do MPE. Segundo o magistrado, ficou constatado, pela vasta documentação, o flagrante descumprimento de princípios basilares consagrados pela Constituição Federal, bem como pela Lei das licitações.

"Percebe-se, inclusive, sem esforços de raciocínio, que o demandado, deliberadamente, feriu os dispositivos pontualmente transcritos, razões pelas quais, somados ao forte corpo probatório contido nos autos, resta patente que incorreu em Ato de Improbidade tipificado no seguinte dispositivo: Ato de Improbidade que causa Lesão ao Erário", declarou o juiz na sentença.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	22 / 09 / 2017	Página	03
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Andrea Murad repercute caso raro de paciente com linfoma sem assistência

Maranhense de 32 anos é uma das duas pacientes da doença em todo o Brasil, mas a Secretaria de Saúde já negou várias vezes o pedido de auxílio médico

A deputada estadual Andrea Murad levou para a tribuna da Assembleia Legislativa, ontem, a situação da paciente Ariadne Weber, portadora de um câncer raro, Linfoma Não Hodgkin, que no caso de Ariadne atinge a pele. Só existem 2 casos em todo o Brasil e um deles é o da maranhense de 32 anos e mãe de dois filhos. A luta tem se tornado mais difícil sem a assistência mínima do Governo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, em razão de pedido que já foi negado várias vezes à paciente.

"No governo passado, essa mesma paciente recebia auxílio da Secretaria de Saúde para passagens, medicamentos, o que fosse preciso. Agora, na gestão Flávio Dino, ela simplesmente não recebe mais passagem nem ajuda para medicamentos. Em 2015, ela finalmente recebeu o diagnóstico da doença. É um tratamento que custa muito caro, R\$ 100 mil por mês a medicação. Ela não pode trabalhar, tem dois filhos pequenos, não tem como lidar com essa despesa, mas o governador Flávio Dino e o secretário



Andrea sensibilizou-se com o caso da maranhense

Carlos Lula não se sensibilizam com essa situação tão triste. O que a Ariadne quer é pelo menos lutar pela sua vida. Se o secretário Lula quisesse, arcaria com os custos dessa medicação, mesmo não sendo obrigação do SUS, mesmo que o SUS não pague. Mas o que se quer é ao menos que assumam as despesas dela em São Paulo, as passagens, as diárias, isso seria o mínimo", discursou Andréa.

Uma vez por mês, Ariadne precisa estar em São Paulo para a quimio-

terapia e todo o custeio vem da paciente com ajuda da família, amigos e seguidores nas redes sociais. Na semana passada, ela passou por mais uma sessão de quimioterapia, que está causando fortes reações e nos últimos dias agredindo fortemente a pele, parte do corpo mais atingida pela doença. A deputada Andrea Murad criticou fortemente os gastos do Governo Flávio Dino com publicidade, enquanto pacientes tem assistência negada pela Secretaria de Estado da Saúde.

"Isso é mais um exemplo do que acontece no governo Flávio Dino, assim como o caso Márcio Romny, o rapaz que teve o corpo todo queimado tentando salvar uma criança de um ônibus incendiado, e hoje o governo entra na Justiça para não cobrir mais o tratamento em Goiânia. Peço aqui hoje tanto pela continuidade do auxílio ao tratamento do Márcio como para a Ariadne Weber, que se tenha piedade. Para propagar a engarrafada tem muito, mas para tratar o povo não fazem o menor esforço. Realmente, é muito triste", disse Andréa. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>hora Extra</i>	
DATA	22 / 09 / 2017	Página	05 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

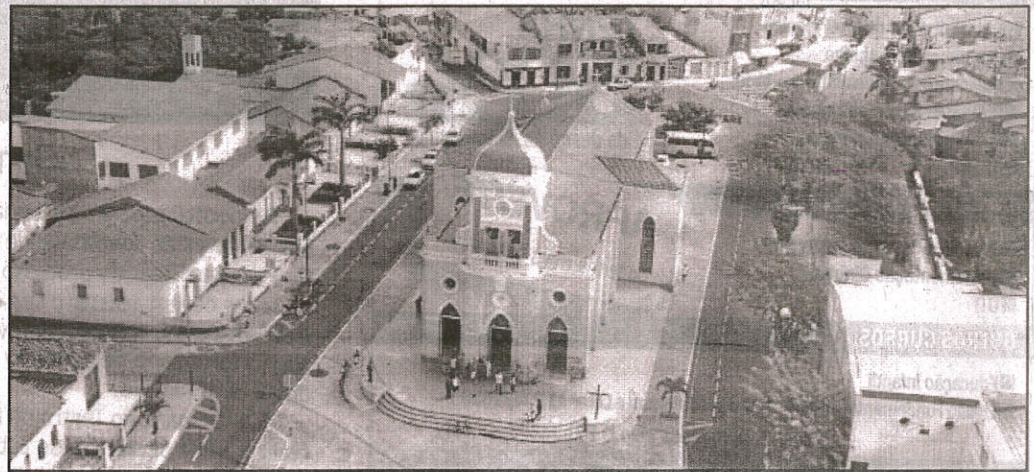
O SANTO AGRADECE

Herdeiros do ex-prefeito J Câmara devem ressarcir R\$ 1 milhão ao Município de Ribamar

Os herdeiros do patrimônio deixado pelo ex-prefeito de São José de Ribamar, José Câmara Ferreira (J Câmara), terão de ressarcir R\$ 942.484,44 devidamente atualizados, valor corresponde ao dano causado ao erário municipal em 2000, conforme sentença do juiz Jamil Aguiar (1ª Vara Cível de Ribamar) em Ação Civil por Improbidade Administrativa ajuizada pelo Ministério Público estadual.

A ação é fundamentada em Procedimento Administrativo do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) que desaprovou as contas do ex-prefeito relativo ao ano 2000. Segundo o Relatório de Informação Técnica anexado, foram constatadas várias irregularidades em relação às despesas realizadas naquele ano, alcançando o valor de R\$ 942.484,44.

Segundo a denúncia do Ministério Público, o ex-gestor contrariou a Lei das Licitações (nº 8.666/93), utilizando o "artifício de fragmentação de despesas" e dispensou, indevidamente, procedimentos licitatórios, causando lesão ao erário municipal e incorrendo



Vista aérea de São José de Ribamar que deverá ganhar um bom presente de aniversário

em improbidade administrativa, de acordo com a Lei nº 8.429/92.

Depois de instaurada a ação civil, em 2008, mas antes de iniciar a audiência de instrução e julgamento do processo, o ex-prefeito José Câmara faleceu, e a viúva dele foi chamada para participar do processo como representante do espólio - que reúne o conjunto de bens deixados pelo falecido.

ESPÓLIO - Dentre as penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa encontra-se a de ressarcimento

ao erário - de caráter não pessoal - e segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, citada nos autos, "os herdeiros só estão legitimados a figurar no polo passivo da demanda, exclusivamente, para o prosseguimento da pretensão de ressarcimento ao erário", cabível no caso.

Na análise da questão, o juiz assegurou não haver dúvidas acerca da materialidade e da autoria das condutas descritas na denúncia do MPE. Segundo o magistrado, ficou constatado, pela vasta documentação, o flagrante des-

cumprimento de princípios basilares consagrados pela Constituição Federal, bem como pela Lei das licitações.

"Percebe-se, inclusive, sem esforços de raciocínio, que o demandado, deliberadamente, feriu os dispositivos pontualmente transcritos, razões pelas quais, somados ao forte corpo probatório contido nos autos, resta patente que incorreu em Ato de Improbidade tipificado no seguinte dispositivo: Ato de Improbidade que causa Lesão ao Erário", declarou o juiz na sentença.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
DATA	22 / 09 / 2017	Página	06

Herdeiros do ex-prefeito J. Câmara devem ressarcir R\$ 942.484,44 ao Município de Ribamar

Os herdeiros do patrimônio deixado pelo ex-prefeito de São José de Ribamar, José Câmara Ferreira (J. Câmara), terão de ressarcir R\$ 942.484,44 devidamente atualizados, valor corresponde ao dano causado ao erário municipal em 2000, conforme sentença do juiz Jamil Aguiar (1ª Vara Cível de Ribamar) em Ação Civil por Improbidade Administrativa ajuizada pelo Ministério Público estadual. A ação é fundamentada em Procedimento Administrativo do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) que desaprovou as contas do ex-prefeito relativo

ao ano 2000. Segundo o Relatório de Informação Técnica anexado, foram constatadas várias irregularidades em relação às despesas realizadas naquele ano, alcançando o valor de R\$ 942.484,44.

Segundo a denúncia do Ministério Público, o ex-gestor contrariou a Lei das Licitações (nº 8.666/93), utilizando o “artifício de fragmentação de despesas” e dispensou, indevidamente, procedimentos licitatórios, causando lesão ao erário municipal e incorrendo em improbidade administrativa, de acordo com a Lei nº 8.429/92.

Depois de instaurada a ação civil, em 2008, mas antes de iniciar a audiência de instrução e julgamento do processo, o ex-prefeito José Câmara faleceu, e a viúva dele foi chamada para participar do processo como representante do espólio - que reúne o conjunto de bens deixados pelo falecido.

ESPÓLIO

Dentre as penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa encontra-se a de ressarcimento ao erário - de caráter não pessoal - e segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

citada nos autos, “os herdeiros só estão legitimados a figurar no polo passivo da demanda, exclusivamente, para o prosseguimento da pretensão de ressarcimento ao erário”, cabível no caso.

Na análise da questão, o juiz assegurou não haver dúvidas acerca da materialidade e da autoria das condutas descritas na denúncia do MPE. Segundo o magistrado, ficou constatado, pela vasta documentação, o flagrante descumprimento de princípios basilares consagrados pela Constituição Federal, bem como pela Lei das licitações.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	22 / 09 / 2017	Página	03

Max Barros fala sobre obras executadas com recursos das enchentes de 2009

O líder do Bloco Independente, deputado Max Barros, falou ontem, na Assembleia Legislativa, sobre obras realizadas com recursos destinados pelo Ministério da Integração Nacional, à época comandado por Geddel Vieira Lima, para recompor danos causados por enchentes em 2009, no Maranhão, quando o estado era governado por Roseana Sarney. Barros defendeu o controle, por meio da fiscalização e auditoria, em qualquer prática da administração pública. De acordo com o deputado, para que um objetivo seja atingido pela administração pública, são necessários: planejamento, organização, execução e o controle, porque, na sua visão, o controle é o que vai aferir se as ações foram eficientes ou não. Max Barros relatou que, em 2009, as enchentes registradas no Estado tomaram uma proporção muito grande, inclusive em São Luís, que teve um dos seus acessos interrompidos. Lembrou que na época toda estrutura do Governo do Estado foi mobilizada para atender às demandas, cabendo a vários órgãos estaduais, segundo ele, a coordenação das atividades de socorro e recuperação, como a Defesa Civil, Secretaria de Educação, Secretaria das Cidades e Deint. O deputado ressaltou que, embora a Sinfra, órgão que dirigia, não tivesse ficado responsável por nenhuma ação, ele tinha conhecimento do esforço efetuado por todos. Max disse que, ao ler reportagens sobre supostas irregularidades na aplicação dos recursos, citando

inclusive o Deint, "órgão cuja direção eu conhecia os integrantes e sabia da idoneidade e correção de todos eles", resolveu verificar as informações que serviram de base para as matérias. Lembrou que as exigências burocráticas, nesses casos de calamidade, eram bastante rigorosas, passando por decretos municipais, estaduais, federais, elaboração de projetos, licitação simplificada e muitos outros requisitos; tudo isso com o objetivo de coibir ilicitudes.

FORTALEZA DOS NOGUEIRAS

O deputado disse que a denúncia acerca de uma ponte entre os municípios de São Pedro dos Crentes e Fortaleza dos Nogueiras foi equivocada, já que o relatório da Defesa Civil diz o seguinte: "Considerando documentação disponível da visita técnica e as fiscalizações do CGU, não foi constatada nenhuma irregularidade e a obra foi feita". "Então, no caso de Fortaleza dos Nogueiras, segundo o próprio relatório do Ministério da Integração Regional, os recursos foram aplicados e a ponte foi executada", ressaltou o parlamentar.

CAXIAS

Outra matéria fala da ponte em Caxias. Na realidade, segundo Max, o texto que serviu de base para a reportagem não era fruto de um relatório do Ministério da Integração Nacional, "mas sim, *ipsis litteris*, o texto de uma denúncia de um político da região de Caxias, que foi devidamente apurada, resultando no relatório

020/2010, do Ministério, cujo teor diz": "Conforme verificamos, as pontes estão praticamente construídas. Quanto ao aspecto físico da obra, podemos declarar que as obras aparentam perfeita estabilidade, estão sendo executadas com métodos apropriados e plenamente satisfatórios de acordo com o esperado. Atestamos ainda que as obras estão sendo acompanhadas por profissionais do Governo do Estado, Deint, e que esses profissionais são de muita experiência e grande capacidade técnica em obras dessa natureza. Ressaltamos apenas que em alguns pontos da ponte parte das fundações foram aproveitadas na construção da nova ponte. O fato não gera nenhum tipo de incerteza uma vez que as fundações foram inspecionadas pelos técnicos e sua capacidade de carga devidamente atestada".

Max afirmou que, a respeito destes fatos, foi feita uma denúncia ao Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou ao Ministério a apuração dos fatos, o que ocorreu e a decisão do órgão foi pela inconsistência da denúncia encaminhada pela Câmara Municipal de Caxias. O líder do Bloco Independente ressaltou que a ponte até hoje é utilizada e serve à população.

RELATÓRIO

O deputado disse, também, que o relatório do Ministério da Integração Regional apresenta o seguinte fato: dos R\$ 35 milhões repassados, existe uma glosa de R\$ 7 milhões, sendo que, em números aproximados, R\$ 5 milhões correspondem a desvio de finalidade e R\$ 2 milhões a desvio de funcionalidade.

O parlamentar destacou que a questão do desvio de finalidade não implica que as obras não foram feitas, tratando-se, em princípio, apenas de problema burocrático. Ele explicou que no primeiro relatório de obras a

serem executadas, encaminhado ao Ministério, não constavam algumas intervenções, que possivelmente devem ter sido acrescentadas em relatório complementar.

A outra questão diz respeito a desvio de funcionalidade; ou seja, a obra foi feita, mas não está funcionando adequadamente. É o caso de bueiros entupidos, pontes de madeiras com problemas ou pavimentação com buracos. "Porém, algumas das vistorias foram efetivadas sete anos após as obras concluídas. Portanto, a ausência de funcionalidade apontada não implica em não execução e sim na falta de manutenção decorrente destes sete anos", explicou o deputado.

GESTÃO

Max deu um exemplo de quando foi Secretário de Infraestrutura e o Governo Federal, à época, mandou glosar todos os recursos que vieram para fazer a pista do aeroporto de Barreirinhas, que havia sido aplicado por uma gestão estadual anterior. Ele relatou que tomou as mediadas administrativas necessárias para que o Estado não ficasse inadimplente. O deputado relatou que abriu uma tomada de conta especial para apurar se havia irregularidades e quem causou as irregularidades. Destacou que, neste caso específico, foi verificado o seguinte: que não houve desvio de recurso e que a pista de Barreirinhas estava executada, só que não estava no padrão exigido pela Aeronáutica, e que houve um erro formal. Max Barros destacou, por fim, a importância dos acompanhamentos e auditorias, e que, muitas vezes, em função de emergências, é possível a existência de falhas por parte das circunstâncias ou até da fiscalização, própria do órgão executor. E alertou que não se pode tirar conclusões precipitadas, antes de uma apuração criteriosa.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	22 / 09 / 2017	Página	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Roseana desnorteada

O ofício do Ministério de Integração Nacional que confirma investigação sobre suspeita de desvio de R\$ 18 milhões de recursos enviados para obras emergenciais não realizadas após enchentes no Maranhão, em 2009 (governo Roseana Sarney), e desmente o jornal da família Sarney, deixou o clã meio desnorteado.

Nem Helder Barbalho, ministro da Integração Nacional e filho de Jader Barbalho (um dos próceres do 'quadrilhão do PMDB'), conseguiu limpar a barra da ex-governadora.

Roseana e Geddel

O que menos Roseana precisava – neste momento de 'vou-não-vou' sobre sua candidatura ao governo do Estado – era de um novo escândalo, e ainda por cima envolvendo o nome do detento Geddel Vieira Lima (o do 'bunker' com R\$ 51 milhões), que em 2009 liberou a dinheirama das enchentes para Roseana.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Caderno 2</i>	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	22 / 09 / 2017	Página	01

Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência chama atenção para a inclusão em São Luís

De acordo com o Censo 2010, mais de 45 milhões de brasileiros possuem pelo menos um tipo de deficiência

Reclamações sobre mau atendimento em ônibus e bancos teriam pequenas doses diárias na capital maranhense

LUCIENE VIEIRA

Um calhamaço de leis, decretos e contratos não conseguem que pessoas com deficiência vejam respeitadas suas prioridades e seus direitos garantidos. Essa quarta-feira (21) foi lembrada como Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência; e, em São Luís, a data chamou a atenção para a inclusão desse público; que, no Brasil, representaria quase um quarto da população. Ontem, entidades ligadas a essas pessoas realizaram manifestações na Praça Deodoro, aproveitando para externar suas reclamações a respeito de situações que ainda lhes incomoda, como mau atendimento em ônibus, bancos e no comércio em geral. "Meu marido já trabalhou numa empresa de ônibus como cobrador. Ele é deficiente físico, e às vezes, faz sinal para ex-colegas e eles não param. É triste, fico com vontade de chorar", disse Maria de Jesus Pinto, de 59 anos. Nos bancos, Rosália Reis já aprendeu: se não há filas para pessoas com deficiência, passa na frente dos outros. "Mas em supermercados, nem sempre é assim", afirmou Rosália, que tem paraparesia, a perda parcial das

funções motoras dos membros inferiores. A dificuldade de locomoção, o desequilíbrio e o peso nas pernas assumiram proporções maiores diante do desrespeito vivido no dia-a-dia, em lugares como, por exemplo, o ônibus, o banco e o supermercado. "O preconceito toma dimensão ao ter a porta do ônibus fechada na sua cara e o carro arrancar deixando você. Mais revoltante é ver a situação se repetindo minutos depois, porém a tempo de anotar o número do coletivo e pedir providências aos órgãos fiscalizadores do transporte público urbano", disse Francisco Paixão de Santos Melo; um "senhor" de 62 anos, que anda com o auxílio de muletas. Os relatos dessas pessoas foram colhidos na Praça Deodoro, local onde, na manhã dessa quinta-feira (21), envolvidos no Fórum Metropolitano das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologia e no Centro Dialético dos Pais e Amigos dos Especiais realizaram a entrega de panfletos, a fim de conscientizar a sociedade sobre o respeito aos deficientes físicos. O Dia Nacional foi instituído por iniciativa de

movimentos sociais, em 1982, e oficializado pela Lei Nº 11.133, de 14 de julho de 2005. O coordenador do Fórum Metropolitano das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologia, o cadeirante Carliivan Braga, disse lamentar que esse tipo de problema ainda ocorra na cidade. Ele afirmou que a entrada pela frente nos ônibus e a prioridade no atendimento em supermercados, lojas e bancos não são benevolências. "Tudo isso é lei", ressaltou. "Muitas coisas ainda precisam ser mudadas. No cenário atual maranhense, o que temos discutido nos fóruns são a aglutinação e o fortalecimento das bases", informou Carliivan ao dizer, também, que possivelmente o governo federal deva cortar bilhões dos conselhos nacionais de assistência. "Isso afetaria diretamente nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social, além do Benefício de Prestação Continuada, cedido a crianças com deficiência e a aquelas pessoas que jamais conseguiram um emprego de carteira assinada", concluiu Carliivan.



Uma das principais reclamações das pessoas com deficiência diz respeito às dificuldades enfrentadas no transporte público



Dia foi de ações para chamar atenção ao respeito e à necessidade do cumprimento dos direitos dessas pessoas

Tratamento especial é garantido por lei

Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o Protocolo Facultativo, e o documento obteve equivalência de emenda constitucional. Da convenção, surgiu a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que trata os objetivos de forma mais concreta e entrou em vigor em janeiro deste ano. "A Convenção foi um avanço, um marco que veio para mudar o modelo médico para o social de tratamento às pessoas com deficiência. Isso significa que, hoje, a pessoa com algum tipo de limitação física, ainda não faz algo por que sociedade não oferece condições para que ela possa fazer. Se tiver ônibus com elevador, ela sai. Se tiver o teatro com condições acessíveis, ela vai. A culpa não está nas pessoas com deficiência, mas sim nos espaços que não respeitam o direito de ir e vir delas", pontuou a pedagoga Liane de Jesus Rabelo, que faz parte do Centro Dialético dos Pais e Amigos dos Especiais (CDPAE), ao dar ênfase às "barreiras atitudinais". Entre outras leis, está a Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto

da Pessoa com Deficiência, de número 13.146/2015, mais conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI). A norma considera pessoas com deficiência aquelas que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. E, a Lei Estadual nº 5.484/92, que cuida de questões trabalhistas, garantindo o acesso ao mercado de trabalho e em concursos públicos.

"Falta a última lei: 'cumpra-se a lei'", exclamou Liane de Jesus. A pedagoga disse que atualmente existem os "aparelhos" para se correr atrás e se faça denúncias, citando ela a Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência.

MAIS

De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência. Nas escolas, segundo dados do Ministério da Educação (MEC), o acesso de pessoas com deficiência aumentou 381% entre 2003 e 2014. Nesse intervalo, o número de matrículas de PCDs saltou de 145.141 para 698.768.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
DATA	22 / 09 / 2017	Página	03

Saúde pública

A Câmara Municipal realiza hoje, às 10h, audiência pública para discutir a saúde pública em São Luís, com participação de autoridades, profissionais da área e da população em geral.

Autor da proposta, o vereador Marcial Lima (PEN) considera o debate importante para encontrar soluções que melhorem a assistência.

Estarão em pauta as condições das unidades de saúde pública, a longa espera nas filas para marcação de consultas e exames, o atendimento nos hospitais de emergência, entre outros assuntos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 22 / 09 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Membros do CV são presos quando se preparavam para atacar rivais

NELSON MELO

A Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) efetuou a prisão de três homens e apreendeu um adolescente, integrantes da facção Comando Vermelho (CV), pelos crimes de roubo e porte ilegal de arma de fogo, na manhã dessa quinta-feira (21). A captura deles ocorreu no Bairro de Fátima, em São Luís, após o roubo de uma motocicleta na região central da cidade. Segundo declarações do delegado titular da Seic, Tiago Bardal, a moto foi roubada por Moabi Carlos de Sousa Bastos, o "Loirinho", de 20 anos; juntamente com o adolescente, e,

depois da localização desses dois, os demais foram encontrados, sendo identificados como Caio César Gomes de Oliveira, o "Fred", 19; e Geanderson Ribeiro Costa, conhecido como "Chiquitinha", 18. A moto levada pelos bandidos foi recuperada e um revólver calibre 38 muniado foi apreendido pelos policiais da Seic. O veículo, conforme os integrantes do bando confessaram, seria utilizado para promover ataques ao Bonde dos 40, facção rival, no bairro da Areinha, que fica nas imediações do Bairro de Fátima. Bardal comentou que Moabi já responde por furto e estelionato, enquanto Geanderson tem passagens por



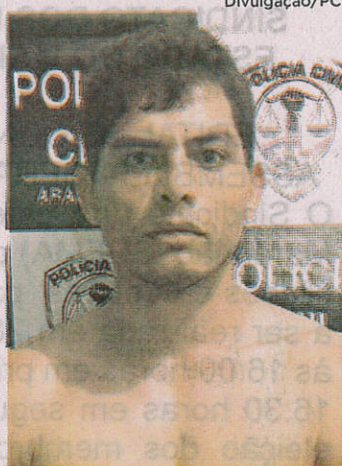
Trio e adolescente são, segundo a Seic, membros do Comando Vermelho e iriam matar rivais no momento da prisão

roubo e crime de dano. Com relação a Caio César, este já foi autuado em outras ocasiões

por ato infracional análogo ao crime de roubo com emprego de arma.

Autor de latrocínio em Goiás é localizado na cidade de Araioses

A Polícia Civil do Maranhão deu cumprimento a mandado de prisão por sentença condenatória, no fim da tarde de quarta-feira (20), em desfavor de Uilian Rodrigues Silva, de 27 anos, foragido da Justiça de Goiás pelo crime de latrocínio (roubo que resulta em morte). De acordo com informações obtidas pelo **Jornal Pequeno**, ele foi localizado na cidade de Araioses/MA. O delegado Raphael Reis, titular da Delegacia de Araioses, comunicou que Uilian matou uma pessoa, durante um assalto, no ano de 2008, mas escapou de um presídio em Goiás, sendo que o mandado prisional no Banco Nacional de Mandados de Prisão não tinha sido reativado. Recentemente, prosseguiu a fonte, o suspeito fora capturado em duas ocasiões no Distrito Federal (DF), por porte ilegal de arma de fogo e receptação. Mas, mesmo assim, foi solto após pagar fiança. Novamente, ele foi preso, após o delegado Raphael ter entrado em contato com o Judiciário goiano, "que retificou



Uilian fugiu de presídio em Goiás e estava escondido na cidade de Araioses

o problema, renovando o referido mandado". Reis frisou que a captura desse criminoso ocorreu por meio de ações de policiais civis e militares de Araioses, que o conduziram depois de observá-lo acompanhado de outros homens que já respondem a processos por tráfico de drogas. (NM)

No Maiobão Bandido é baleado após assalto contra clínica odontológica

Pela segunda vez em menos de um mês, a clínica Coife Odonto, localizada na Avenida 12 do Conjunto do Maiobão, no município de Paço do Lumiar, foi assaltada, em um fato ocorrido na tarde desta quinta-feira (21), por volta das 16h. Segundo informações colhidas pelo **Jornal Pequeno**, um dos envolvidos na invasão à clínica foi baleado em troca de tiros com policiais militares. O tenente-coronel Alexandre, comandante do 13º Batalhão de Polícia Militar (BPM), disse resumidamente que três criminosos participaram da ação, confirmando que um havia sido alvejado. Uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi deslocada ao local para conduzir o baleado ao hospital.

ASSALTO ANTERIOR

No dia 26 de agosto, a mesma clínica foi atacada por bandidos, em número de dois, que fizeram um "raspa" no local, levando celulares e outros pertences de funcionários e clientes. (NM)

Condenado a sete anos é capturado na cidade de Timon

Equipes do 1º Distrito Policial (DP) de Timon, no oeste do Maranhão, capturaram um foragido da Justiça na tarde desta quinta-feira (21), sendo identificado como João Henrique Lino da Silva, de 22 anos. Este tinha contra si mandado de prisão por sentença condenatória de 7 anos e 2 meses de reclusão pelo crime de roubo qualificado, decretado pela 3ª Vara Criminal da cidade. João Henrique possui processos criminais por roubo em Timon e, também, em Teresina, capital do Piauí, como o delegado Cláudio Mendes, titular do 1º DP, mencionou. (NM)



João: preso em Timon



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	22 / 09 / 2017	Página	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Crime elucidado Homem que matou maranhense e namorado em Goiânia se entrega e confessa duplo homicídio

Ricardo Lobo disse que matou casal 'por impulso' e que estava com raiva de Camila Silveira por ela ter enviado à sua esposa imagens dele numa festa com outras mulheres

OSWALDO VIVIANI

O comerciante Ricardo de Oliveira Sousa Lobo, de 27 anos, se entregou à Polícia Civil de Goiânia, na noite de quarta-feira (20). Ricardo confessou que matou a tiros, no fim da noite de domingo (17), a maranhense Camila Edna Silveira, 28, e o noivo dela, Mário de Moura Silva, 26, dentro da casa deles, no Residencial Primavera, na capital goiana.

O comerciante, que é casado com uma prima de Camila, identificada como Gleicy, disse que cometeu o duplo homicídio porque Camila se "intrometia com frequência" no relacionamento dele com a esposa, o que o deixava "irritado".

Ricardo tentou convencer os policiais da Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios (DIH) de que atirou em Camila e Mário "por impulso", após ir à residência do casal para tomar satisfações com Camila sobre o envio, por parte desta, para a mulher dele, de uma imagem de celular em que ele aparece numa festa com outras mulheres.

"Chamei a Camila no portão e, assim que o portão abriu, eu estava com o celular da Gleicy na mão

e mostrei pra ela. Perguntei o motivo daquilo e, quando ela viu, se assustou e pulou em mim, e foi nessa hora que, sem querer, atirei nela. O Mário veio correndo e, no impulso do nervosismo, achei que ia dar uma facada em mim e atirei naquele impulso", contou.

Em entrevista à imprensa, na sede da DIH, em Goiânia, Ricardo disse que não foi à residência do casal com a intenção de matar, e que sempre anda armado por uma questão de segurança pessoal, pois, sendo comerciante, já foi assaltado "várias vezes". "Estou muito arrependido. Estraguei a minha vida e a vida da minha família", afirmou.

CÂMERAS GRAVARAM

Câmeras de segurança registraram a ação do criminoso, que ocupava um Volkswagen Polo branco. Ele chegou à residência, estacionou, chamou pelo interfone, entrou e, após cometer os assassinatos (menos de um minuto depois), saiu da casa e fugiu com o carro em marcha a ré. A mulher de Ricardo, Gleicy, foi ao local do crime com o marido e ficou aguardando no carro, com o filho, que tem um ano e nove meses.



Ricardo Lobo tentou convencer a polícia goiana de que matou o casal Camila e Mário 'por impulso'

Apesar de o caso estar praticamente elucidado, o delegado responsável pelo caso, Thiago Martiniano, da Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios, vai prosseguir com novas apurações, antes de concluir definitivamente o inquérito e enviar à Justiça.

"O que se percebe é que o que ocorreu foi a gota d'água de algumas situações que já vinham se desenrolando, do envio a Gleicy, por parte da Camila, de imagens do Ricardo em festas, em supostas traições, causando

discórdia entre o Ricardo e a Gleicy e formando uma bola de neve. O Ricardo, inclusive, já havia discutido por causa dessas situações com as vítimas, Camila e o Mário", afirmou o delegado. Camila Silveira era natural de Estreito (a 752 km de São Luís) e Mário Moura, de Palmeiras do Tocantins. A maranhense trabalhava como contadora, enquanto o namorado era funcionário de uma rede de farmácias. Ambos foram sepultados em Goiânia, na segunda (18).

Fotos/Divulgação



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	22 / 09 / 2017	Página	07

FORA DE CIRCULAÇÃO

Operação policial desarticula quadrilha formada por jovens no Bairro de Fátima

Em operação feita pela Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC), prendeu em flagrante Moabi Carlos de Sousa Bastos, de 20 anos, vulgo "Lóirinho", Caio César Gomes de Oliveira, de 18 anos, mais conhecido como "Fred", Geanderson Ribeiro Costa, de 19 anos, vulgo "Chiquitinha" e apreendeu um adolescente infrator, pelas práticas dos crimes de roubo, porte ilegal de armas, corrupção de menores e pelo fato de integrarem organização criminosa armada.

Após Moabi ter roubado, com a utilização de arma de fogo e em conjunto com o menor, uma motocicleta no bairro Centro, o mesmo foi abordado por policiais civis da SEIC, que na ocasião descobriram que a moto havia sido roubada, assim como o paradeiro de seus comparsas, Geanderson e Caio, que faziam



Três jovens foram presos e um adolescente apreendido durante a operação no BF

parte da mesma organização criminosa e estavam ocultando a arma de fogo utilizada no crime pelos demais.

A motocicleta foi recuperada e devolvida à vítima e a arma de fogo utilizada no crime, um revólver calibre 38, municiado, foi apreendida. Segundo informações repassadas pelos indivíduos a motocicleta subtraída seria utilizada em ataques contra a facção rival. Moabi Carlos de Sousa

Bastos, que já responde a crimes de furto e estelionato, foi autuado pelos crimes de roubo, corrupção de menores e organização criminosa armada. Geanderson Ribeiro Costa, que já responde por roubos e crime de dano, foi autuado pela prática de posse ilegal de arma de fogo e organização criminosa armada.

Caio César Gomes de Oliveira, que já foi autuado anteriormente por ato infracional

análogo ao crime de roubo com emprego de arma, foi autuado pela prática de posse ilegal de arma de fogo e organização criminosa armada.

Todos os indivíduos foram encaminhados ao sistema penitenciário estadual, onde ficarão à disposição da Justiça. O menor infrator, foi apreendido e encaminhado ao Ministério Público, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	22 / 09 / 2017	Página	07 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Polícia Civil prende suspeito de tráfico de drogas em Raposa

A Polícia Civil, por meio da Delegacia Especial de Raposa, na manhã de segunda-feira (18), deu cumprimento ao mandado de prisão preventiva, contra Guilherme Augusto Santos Ribeiro, de 22 anos, mais conhecido como "Pipocão". Ele foi preso pela prática do crime de tráfico de drogas. No momento da prisão

ele se encontrava no Porto da Raposa.

O delegado Marconi Caldas afirmou que, o acusado já vinha sendo investigado pela Polícia Civil, e contra o indivíduo estava em aberto um Mandado de Prisão Preventiva da Comarca de Raposa. Com essa prisão é a sexta passagem do indivíduo pelo Sis-

tema Prisional de Pedrinhas

Guilherme Augusto já tinha passagem pela polícia por tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo, e roubo qualificado sendo considerado um indivíduo de alta periculosidade. O acusado foi encaminhado ao Centro de Triagem de Pedrinhas onde cumprirá pena determinada pela justiça.

Advogado tenta jogar colega do 6º andar do Fórum de São Luís

O advogado Helysson Assunção França denunciou na quarta-feira (20), em grupo de causídicos nas redes sociais, que foi agredido por um colega seu de profissão, cujo nome não foi revelado, e que também tentou jogá-lo no 6º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau, em São Luís.

Segundo o relato do advogado França, o caso ocorreu devido ao fato do agressor ter ficado insatisfeito com o resultado de sua defesa em processo no qual ele atuava contrariamente.

"Quando me viu, o advogado saiu da terceira vara cível em minha direção no corredor do 6º andar e me agrediu verbalmente, ato contínuo, atentou contra minha vida, querendo me jogar do 6º andar. Por circunstâncias alheias a sua vontade, ele não conseguiu lograr êxito, pois foi impedido por outros", disse.

Preso suspeito de matar casal de jovens a tiros em Goiânia

Um homem foi preso suspeito de matar a tiros Camila Edna Silveira, de 28 anos, e o noivo dela, Mário Silva de Moura, de 26 anos, em Goiânia. Parentes do casal relataram à TV Anhanguera que o autor do homicídio é casado com uma prima da Camila, e teria cometido o crime depois que a vítima revelou à prima que o marido dela a traía

De acordo com a vendedora Mayara Keila da Silveira, prima de Camila, a jovem havia mostrado para outra prima

uma foto do marido dela em um bar com um grupo de mulheres. Segundo Mayara, a prima questionou o companheiro sobre a foto, mas ele ficou nervoso, e, ao saber que Camila era quem tinha enviado a foto, ficou nervoso e foi até a casa do casal para matá-lo.

O crime aconteceu após as 23h de domingo (17), na casa onde o casal morava, no Residencial Primavera, em Goiânia. Uma vizinha das vítimas contou que ouviu Camila pedir pela própria vida e do noivo.

Os dois estavam juntos há 10 anos e, segundo parentes, planejavam se casar. Segundo a Polícia Civil, o suspeito chegou à residência e disparou contra as vítimas. Câmeras de segurança registraram a ação do bandido.

Segundo Mayara, a família achou estranho a prima e o marido não irem ao velório de Camila e Mário. Ela contou que, depois da prisão do suspeito, a esposa dele confessou à família que o companheiro era o autor do homicídio.

Homens são mantidos em permanência de delegacia por falta de vagas em presídio

Policiais foram obrigados a acomodar presos na permanência da delegacia por falta de vagas no presídio local.

Um caso inusitado e que revela 'que' a tal organização do sistema prisional do Maranhão não passa de propaganda aconteceu na manhã desta quinta-feira (21), em Presidente Dutra. Cinco presos foram mantido por policiais civis na permanência da 13ª Delegacia Regional de Polícia Civil, que funciona no município, por falta de vagas no presídio local.

Os detidos foram acomodados em cadeiras, na recepção da delegacia, junto às pessoas que compareceram à unidade policial para registrar ocorrências. Os policiais tiveram que redobrar a atenção para evitar eventuais fugas ou mesmo um ataque a algum cidadão dentro da regional.

Policiais civis observam presos na permanência da delegacia para evitar fuga ou até mesmo ataques. A rotina na delegacia foi completamente alterada. Enquanto isso, o

delegado decidia o que fazer com eles, já que a direção do presídio de Presidente Dutra se recusou a recebê-los, sob o argumento de que a capacidade da unidade está esgotada. Com mais esse lamentável episódio, cai por terra o discurso do governador Flávio Dino e dos seus aliados de que o sistema prisional do Maranhão foi organizado e pacificado no atual governo. Esse e tantos outros fatos absurdos desmentem categoricamente mais esse engodo palaciano.

PROCLAMAS

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS NATURAIS

Edital de Proclamas nº 253/2017
Oficial de Registro Civil da 3ª zona, Margarida Jesus Pinheiro, faz saber a quem interessar que: Glauber William Reis Paiva e Cláudia Fernanda Soares Ribeiro. Ele, brasileiro, solteiro, electricista, filho de Walber Rosa Paiva e Marilene Martins Reis. Ela, brasileira, solteira, autônoma, filha de Dorgivaldo Silva Ribeiro e Maria das Neves Penha Soares. Ambos requerem habilitação para casamento, quem tiver conhecimento de algum impedimento e/ou causa suspensiva (arts. 1523 e 1526) do Código Civil, poderá apresentá-lo por escrito perante este Cartório.

São Luís, (MA), 21 de setembro de 2017

Adalia Alves do Nascimento Abranches

Adalia Alves do Nascimento Abranches
Registradora Oficial